



GECORPA
GRÉMIO DO PATRIMÓNIO
Instituição de utilidade pública
(despacho n.º 14926/2014 do D.R. 238/2014, 2.ª Série, de 2014-12-10)

Comunicado de Imprensa

Novo Museu Judaico de Lisboa reúne consenso, mas obra arquitetónica é alvo de críticas

2017 é o ano anunciado para a inauguração do esperado Museu Judaico de Lisboa, que terá um centro de documentação.

A história dos judeus em Portugal vai ser assim, finalmente contada num novo edifício que se pretende construir no Largo de São Miguel, um dos mais emblemáticos em Alfama. O projeto envolve um investimento de cerca de cinco milhões de euros, numa primeira fase, dos quais 2,9 milhões são financiados em conjunto pela Câmara Municipal de Lisboa, a quem caberá um milhão de euros, a Fundação Patrick & Lina Draghi (1,2 milhões de euros), e fundos noruegueses EEA Grants (312,8 mil euros), através do Programa AP16 Conservação e Revitalização do Património Cultural e Natural do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu e no âmbito das "Rotas de Sefarad", sendo aquela última verba destinada à aquisição de espólio para o museu. À Associação de Turismo de Lisboa correspondem 55,2 mil euros, como contrapartida nacional do AP16.

A comunidade israelita irá ceder o espólio para o Museu, que será gerido pela Associação de Turismo de Lisboa. Esta entidade fica com o direito de superfície, por um período mínimo de 50 anos, sobre o terreno onde será construído o museu, um espaço que tinha até agora três prédios camarários e um outro onde existe um quarto edifício, que a câmara adquiriu entretanto a um privado.

"Temos um dever de memória para com o nosso passado judaico", disse o ministro da Cultura, Luís Filipe Castro Mendes, na cerimónia que formalizou o lançamento do novo empreendimento.

O museu terá um primeiro espaço com uma exposição de objetos e imagens da cultura religiosa judaica (que serão doados pela comunidade), e passará depois ao percurso dos judeus em Portugal, onde não serão esquecidos os períodos mais obscuros da passagem deste povo por Portugal, nomeadamente a expulsão e as perseguições.

Este museu é uma velha ambição da autarquia, segundo admitiu, durante a cerimónia, Fernando Medina, presidente da Câmara de Lisboa.

Posteriormente a autarquia disse em comunicado, que *"o legado cultural dos judeus portugueses, que resulta num acervo de testemunhos materiais e imateriais notáveis, constitui um importante contributo para a construção da identidade cultural portuguesa, tanto no território nacional como no mundo",* devendo ser *"reconhecido, estudado e preservado".*

O futuro Museu Judaico de Lisboa permitirá, ainda, *"estudar e dar a conhecer esse legado e também a sua relação com o restante território nacional e com o mundo",* frisou a autarquia.

Todo o projeto arquitetónico para o museu e para o centro de documentação que ocupará quatro lotes diferentes, terá sido doado pela arquiteta Graça Bachmann, no valor atribuído

de 75 mil euros. Este projeto está a ser alvo de duras críticas: considera-se que coloca em risco o caráter e a autenticidade do Largo de S. Miguel, no coração de Alfama, um dos bairros mais tradicionais de Lisboa, sem que a população tenha, sequer, sido ouvida. E estando Alfama protegida pelo Plano de Urbanização do Núcleo Histórico de Alfama e da Colina do Castelo (PUNHACC), esperava-se que fosse respeitado o requisito segundo o qual *“nas intervenções por edifício, em trabalhos de reabilitação ou reconstrução, deve ser mantida a tipologia, utilizando os mesmos materiais, ou compatíveis, não sendo permitidas alterações que desvirtuem as características fundamentais dos edifícios a nível morfológico e construtivo”* (...) *“as intervenções no tecido edificado devem (...) garantir a preservação dos elementos arquitetónicos e patrimoniais, evitando-se a sua substituição, potenciando e reforçando a imagem singular desta área histórica”* ou *“As intervenções no âmbito da conservação e reabilitação devem ter por base o edifício (...) utilizando os mesmos materiais da envolvente ou materiais que nela se enquadrem”*.

O problema é que neste PUNHACC está prevista a exceção à regra. Basta que o projeto seja declarado de interesse turístico excecional, que foi o argumento invocado neste caso.

O GECORPA - Grémio do Património e as outras quatro associações de defesa do Património envolvidas na organização do Fórum do Património 2017¹, são favoráveis à existência deste museu, mas discordam da ausência de diálogo e de que a opinião pública não tenha sido ouvida. Entendem que estas exceções à regra não podem ser invocadas de forma discricionária, sem escrutínio e sem critérios bem definidos, desrespeitando o PDM e a regulamentação urbanística em vigor. O receio prende-se com o facto de o projeto pôr em causa a unidade de conjunto do Largo de São Miguel e do Beco da Cardosa, ao promover a construção de dois edifícios cuja leitura exterior e em perspetiva, será completamente dissonante com os prédios vizinhos e por isso nunca seria permitido não fora a sua pretensa “excecionalidade”.

Ao contrário do que aparece na memória descritiva e justificativa do projeto, não estão harmonizadas todas as infraestruturas existentes, salientam as vozes discordantes. Mas a arquiteta responsável pelo projeto garante que teve todos estes aspetos em causa, e reconhece que o grande desafio foi a “integração” do projeto com a envolvente. Porém, as ONG do Património defendem que se podia adaptar o programa museológico e museográfico a outros edifícios existentes, propriedade da câmara e do Estado, que precisam de recuperação urgente e poderiam ser reabilitados e utilizados para o efeito.

Lisboa, 23 de fevereiro de 2017

A direção do GECORPA – Grémio do Património

www.gecorpa.pt

¹ Além do GECORPA – Grémio do Património, as Associações Portuguesas de Arqueologia Industrial (APAI), dos Amigos dos Castelos (APAC), das Casas Antigas (APCA) e da Reabilitação Urbana e Proteção do Património (APRUPP). Mais informações sobre o Fórum do Património em www.forumdotrimonio.pt.